

CULTURA CAMPONESA E EDUCAÇÃO RURAL CAPITALISTA NO PROGRAMA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL (1950-1963)

*Iraíde Marques de Freitas Barreiro **

Resumo O objetivo deste trabalho é propor uma rápida revisão de conceitos sobre o desenvolvimento mental, colocar algumas questões sobre os aspectos orgânicos e sócio-culturais da deficiência mental e refletir sobre os problemas que lhe são decorrentes, tais como a educação e a integração social de crianças deficientes.

Palavras-chave: Deficiência mental; desenvolvimento cognitivo; integração social; educação especial.

Abstract The purpose of this paper is to make a brief review of concepts about mental development, to put some questions about the organic and social-cultural aspects of mental handicap, and reflect about the consequences for education and social integration of handicapped children.

Descriptors: Mental handicap; cognitive development; social integration; special education.

Situando o problema da educação rural

Quando nos propomos a refletir sobre a situação da educação em geral e, em particular, sobre a da educação rural, verificamos que os problemas são muitos e graves. Em relação à educação rural, tema privilegiado por este artigo, observamos que no cotidiano das relações concretas os problemas abrangem desde a existência de professoras rurais que não possuem nem mesmo o 1º grau completo, até casos em que a casa da professora transforma-se em escola rural, como ocorre no Nordeste. A realidade tem mostrado que o descaso do Estado em relação à educação aumenta a cada ano que passa, agravando cada vez mais a situação da educação em geral e em particular a da rural, que, perece cada vez mais pela ausência de reformas estruturais no setor. Com o intuito de criar alternativas educativas no meio rural que fossem ao encontro das novas necessidades criadas a partir do processo de industrialização dos anos 50, o governo desse período criou vários programas voltados para a educação no campo, dentre os quais o mais importante

foi o que se denominou de Campanha Nacional de Educação Rural.

A Campanha Nacional de Educação Rural no contexto dos anos cinquenta

Na década de 50, a sociedade brasileira vivenciou o período político marcado pela euforia ideológica centrado na idéia de progresso. Naquele momento defendia-se que todos os brasileiros deveriam contribuir para com o desenvolvimento da nação, uma vez que todos usufruiriam dos benefícios econômicos, dele advindos. Tal desenvolvimento era concebido pelo Estado como tarefa que aglutinava a todos, o que tornava os interesses artificialmente uniformizados, independentemente da existência de classes sociais distintas e antagônicas.

Essa idéia de progresso, amplamente veiculada nesses anos, acompanhada do desenvolvimento industrial, determinaram o revivescimento de valores na sociedade

* Professora assistente da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-ASSIS

brasileira, calcados numa acepção de culturabaseada cada vez mais no mundo urbano em detrimento do meio rural. Esse predomínio da cultura urbana acentuou uma distinção valorativa entre o meio rural e o meio urbano, de tal forma que através da formulação de uma série de estereótipos o homem do campo passou a ser tratado como "atrasado". Porém, naquele momento o Estado colocava como necessária a participação do homem do campo no processo de desenvolvimento econômico sendo que para tanto precisava promover a modernização do meio rural e de seus habitantes. Nesse sentido, através da educação rural procurou-se desenvolver e adequar o homem do campo às novas necessidades requeridas naquele momento.

Nesse contexto histórico foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural em 1952, no governo de Getúlio Vargas e oficializada em 1956 na gestão de Juscelino Kubitschek. Um de seus principais objetivos foi o de adequar os camponeses ao novo modelo desenvolvimentista daqueles anos. Para tanto, valendo-se da Educação Fundamental, a Campanha Nacional explicitava em seu discurso o objetivo de elevar os níveis econômicos da população rural através do emprego de técnicas avançadas de organização comunitária e de trabalho, pela via da educação. Ora, é a partir deste contexto ideológico, formado por uma concepção de história baseada na idéia de progresso, que a Campanha Nacional vai definir as suas prioridades de trabalho em relação à educação rural no Brasil, nos locais onde atuou. Este programa partiu do pressuposto de que os camponeses eram "atrasados", "ignorantes" e "incultos" do ponto de vista cultural, fato que os tornavam um setor "disfuncional" na sociedade. Diante disso o aspecto cultural recebeu um tratamento privilegiado, pois o objetivo era o de transformar a mentalidade dos camponeses e torná-los receptivos às

inovações tecnológicas do campo e à sociedade moderna em geral.

Usando de vários mecanismos a fim de justificar a caracterização dos camponeses como atrasados, para, assim, intervirem na sua cultura, a Campanha Nacional buscou sustentação filosófica e ideológica em teorias que estiveram basicamente a serviço da dominação (apesar de suas contradições intrínsecas), tais como o Desenvolvimento de Comunidade, a Filosofia Tomista, o Positivismo e o Funcionalismo. Valendo-se de várias modalidades de trabalho, a Campanha Nacional teve como suporte principal as Missões Rurais, inspiradas nas Missões Mexicanas. Estruturada em seus Centros de Comunidade, a Campanha Nacional atuou no sentido de abarcar todos os aspectos da vida do camponês, com o objetivo de "modernizá-lo". O trabalho desenvolvido pelos técnicos da Campanha não se restringiu somente a preocupações de nível material. Ao contrário, aqueles técnicos, representados pela assistente social, pela educadora doméstica, pelo médico e pela enfermeira, penetraram e interferiram na intimidade da vida dos camponeses por acreditarem poder "aparelhá-los espiritualmente para receber a reorganização de seus lares" (R.C.N.E.R. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, 1954, p. 131). Essa reorganização consistia em uma nova definição da arquitetura de suas casas, novas noções de higiene e de lazer, dentre outras atividades. Tal "aparelhamento espiritual" bem como a "reorganização de seus lares" proporcionariam a "recuperação do homem rural pela elevação de suas condições de vida" (R.C.N.E.R., 1954, p. 50), entendida pelos técnicos como "elevação dos padrões culturais das comunidades rurais" (R.C.N.E.R., 1954, p. 47).

É importante ressaltar que todo o trabalho desenvolvido pela Campanha teve como preocupação central a superação do atraso em geral do camponês, decorrente do

seu atraso cultural, conforme interpretava o programa da Campanha Nacional. Ou seja, essa população era tida como "inferior" e "atrasada", do ponto de vista cultural. É comum encontrarmos afirmações nos documentos produzidos pela Campanha, de que "qualquer trabalho de ordem material seria inócuo, sem antes haver uma mudança cultural". Por isso, o aspecto cultural do camponês recebeu um tratamento diferenciado, e particularmente importante. Imbuídos de tal preocupação, acreditavam os organizadores da Campanha ser premente a

organização de serviços que levem ao camponês à revalorização de sua pessoa; noções de vida para que ele se reconheça como homem, como ser humano participante do país. Que lhe seja levado, também, sentimentos de religião, de moral, de obrigações para com a pátria, com a família e a sociedade; vitalidade espiritual que lhe mobilize as energias e crie nele necessidades sociais e econômicas (R.C.N.E.R., 1956, p. 130).

As atividades propostas e desenvolvidas pela Campanha Nacional para tornar o camponês receptivo aos imperativos da modernização foram muitas. Desenvolveu-se, por exemplo, um trabalho no sentido de instituir entre os camponeses uma nova concepção de habitação, em que as casas fossem remodeladas, tanto do ponto de vista da arquitetura, quanto do ponto de vista da higiene. A Campanha Nacional trabalhou também, e amplamente, no sentido de adequar a mulher camponesa à tarefa de criação da "casa higiênica" e do sanitarismo. Contudo, trataremos aqui especificamente do trabalho da Campanha Nacional de Educação Rural que pretendia desenvolver uma nova concepção de lazer e de tempo junto aos camponeses, nos anos cinquenta, nas localidades atingidas por tal programa, bem como das implicações dessa

educação modernizadora na cultura camponesa.

Do lazer tradicional ao lazer disciplinado

Através da professora e do técnico em recreação, o lazer orientado foi amplamente desenvolvido nas escolas rurais em que a Campanha Nacional desenvolveu seu trabalho, que eram frequentadas por crianças, adolescentes e também por adultos. Apesar da diferença etária dessa clientela, os objetivos gerais do lazer eram os mesmos: "promover a organização das horas sociais e uso da recreação como aproveitamento das horas de lazer" (R.C.N.E.R., 1961/62, p. 229). Esses objetivos expressavam a preocupação de ocupar o tempo do lazer do camponês de forma adequada. No entender dos técnicos, o tempo livre do camponês era ocioso, mal preenchido e inaproveitado. O lazer, assim concebido para atender a objetivos racionalizadores, perdeu o sabor do acaso, para tornar-se formativo e desenvolver o espírito de ordem, de obediência, amor à pontualidade, e outras virtudes importantes para satisfazer às modificações estruturais que começavam a experimentar a sociedade brasileira, a partir dos anos cinquenta, com a fase de modernização agrária no Brasil.

Através da educação modernizadora, a Campanha Nacional procurou formar uma mentalidade mais compatível com os requisitos da modernização agrária, reorientando as atividades de lazer, conforme demonstra a citação a seguir:

a recreação deve ser proporcionada, estimulada e orientada de acordo com a idade. Uma recreação bem orientada desenvolve o indivíduo, física, moral e intelectualment. A professora, ao planejar suas aulas, terá o cuidado de planejar também o recreio. O recreio será dirigido sempre que possível. Inicialmente, até que se desenvolva a liderança dos grupos, terá direção cuidadosa da Professora. O recreio

livre, desordenado, é prejudicial, deseducativo. Além de divertir as crianças, o recreio dirigido desenvolve grande número de qualidades, como sejam: espírito de ordem, de obediência, altruísmo (R.C.N.E.R., 1961/62, p. 82).

Ao definir o lazer como "higiene física e mental", o mesmo transformava-se em remédio da carne e do espírito, traduzindo-se em "jogos de expressão: mímica, dramatização, teatro informal, fantoches e jogos" (R.C.N.E.R., 1961/62, p. 82) entre as crianças e os adultos. O lazer formativo também foi evocado como meio de pôr fim à monotonia do meio rural, proporcionando a essa população a "alegria de viver". O lazer organizado pelo camponês era considerado inadequado e fonte geradora de doença. Em um artigo sob o título "Pesquisa Informal do Município de São João Del Rei Realizado pela Equipe da Missão Rural alí Instalada", os técnicos atribuíam as manifestações de loucura e neuroses, naquela população, "à falta de higiene mental, de bom relacionamento e de recreação sadia, que acabam por desencadear a enfermidade, mesmo nos elementos de melhores condições sociais" (R.C.N.E.R., 1955, p. 87). Referindo-se ainda a essa mesma população, os técnicos da Missão Rural faziam a seguinte descrição de seu lazer, classificando-o como recreação inadequada:

Nas localidades que dispõem de luz elétrica, a única recreação conhecida é o rádio ou a conversa à porta das casas para as mulheres, e a reunião na venda para os homens. Oferecem também uma distração, os leilões da confraria, após a reunião dominical dos confrades. Outro motivo de festa e alegria é a missa mensal e, de modo especial, os oito dias dedicados ao Padroeiro, que é o maior acontecimento anual, esperado por toda a população. Fora disso, somente a oportunidade de um casamento, ou morte, reúne os amigos junto

à família e, por isso, a própria morte passa a ser um motivo de distração, para aqueles que não estão ligados ao morto, por laços mais estreitos. Apreciam as danças de salão e as realizam nas épocas de festas religiosas ou casamentos, apesar da campanha contra, desenvolvida pela Igreja. Os vícios ocorrem em menor escala, também pela ação constante dos padres, mas o hábito dos aperitivos e o excesso de bebidas aos sábados e domingos é lugar comum. No mais, são populações ordeiras de bom nível moral" (R.C.N.E.R., 1955, p. 89).

Concebido como "recreação inadequada" e geradora de insanidade, os costumes das populações rurais, tais como, a festa do padroeiro, os leilões, a missa mensal, os casamentos e a reunião nas vendas representavam, contudo, formas tradicionais de lazer para o camponês. Como forma de combate a essas tradições que causavam "doença", os técnicos introduziram o lazer formativo e organizado. Contudo, o lazer formativo preconizado pela Campanha era exterior à vida do camponês e não poderia ser usado como meio de libertação social das populações rurais através da crítica. Como afirma Brandão (1986), a politização da cultura só é possível através da extensão da produção da cultura a todos os segmentos sociais e não através da polarização e apropriação da mesma por parte de uma determinada classe social, para atender aos seus interesses. Logo, é na produção de sua cultura, e não no que vem de fora, que o camponês poderia fazer e refazer o seu saber, fazendo com que no decorrer desse processo ele apontasse as soluções e encaminhamentos de suas questões. A consciência do homem emerge das próprias relações e problematizações que ele estabelece com o seu meio e não a partir de uma consciência trazida de fora.

Mas ao contrário disso, o lazer desenvolvido com a finalidade de disciplinar, como trata Foucault (1983) foi usado como instrumento de inculcação de

normas e valores nos camponeses, tais como a obediência, a ordem, a submissão, normas estas condizentes com o processo de trabalho racional requerido pela modernização agrária dos anos 50. Esse lazer, conforme afirmava a Campanha Nacional, era necessário em virtude das próprias condições "anárquicas" a que a população camponesa estava submetida:

...vivendo tão afastados social e economicamente dos órgãos de governo e instituições, essa gente evolui anarquicamente, sujeita às leis naturais. O oeste do Estado nos pareceu inteiramente alheio à normalização de seu governo. Sua vida sertaneja por todos os aspectos, não nos pareceu suficientemente integrada, de consciência, ao conjunto do Estado" (R.N.E.R., 1954, p. 131).

Podemos afirmar, enfim, que esse conjunto de atitudes disciplinares desenvolvidas na escola e no lazer formativo, que se encaminhavam no sentido do estabelecimento de novas relações de trabalho, representaram um conflito com as concepções de tempo, do espaço e de movimento veiculados pelos camponeses com os quais trabalhou a Campanha.

Tempo de brincar não é tempo de trabalhar

A nova concepção de tempo foi, pois, outro mecanismo de controle disciplinar explorado no decorrer das atividades desenvolvidas no meio rural pela Campanha Nacional. A modernização agrária trouxe a necessidade de orientar o camponês a usar o seu tempo de forma mais racional. As novas condições de trabalho no campo requeriam um tempo melhor medido. Ao nível do discurso da classe dominante, a melhoria das condições de vida do camponês esteve sempre associada à racionalização dos processos de trabalho, que consequentemente proporcionaria o

aumento da produtividade. Na prática, contudo, a racionalização dos processos de trabalho, no meio rural, trouxe um aprimoramento e intensificação da exploração do camponês (pequeno proprietário, rendeiro, meeiro), beneficiando os grandes produtores empresariais. A modernização agrária expulsou o homem do campo de suas terras devido às grandes plantações monocultoras, promoveu em muitas situações a substituição de seu trabalho pelo da máquina, transformando-o em trabalhador sazonal. José Graziano da Silva (1981, p.121), afirma que, na década de sessenta, no Estado de São Paulo, "os proprietários rurais procuravam reter no imóvel apenas aqueles trabalhadores dotados de uma qualificação qualquer, como por exemplo, tratoristas, retireiros, machadeiros, etc". Os demais trabalhadores "não qualificados" submetiam-se a diferentes condições de trabalho, sujeitando-se na maioria das vezes à execução de tarefas no campo, onde a tecnologia das máquinas agrícolas não estava adaptada para desenvolver todas as fases da produção agrícola. Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo no campo, de forma desigual, determinou relações de trabalho também desiguais.

Podemos dizer que a introdução da concepção de tempo moderno, bem como as demais medidas racionalizadoras, significaram para o homem do campo uma perda; a perda do tempo cíclico, regido pela natureza e também a autonomia sobre o seu próprio processo de trabalho. Tudo isso acaba, enfim, representando uma perda cultural para os camponeses desse período. A aleatoriedade que permeava o uso do tempo do camponês entre as suas atividades de lazer e as de trabalho (possivelmente para satisfazer suas necessidades básicas) teria que deixar de existir, traduzindo-se em maior disciplina e pontualidade no processo de trabalho. A nova concepção de lazer conflitava, pois, com a do camponês, que

para a Campanha era concebida e organizada de forma doentia. Gramsci (1976) enfatiza que a partir do evento da industrialização, os americanos tipo Ford investiram na adaptação dos costumes dos operários às novas necessidades de trabalho, bem como no combate a costumes considerados perniciosos à eficácia da produção. Dentro desse objetivo, o combate ao uso do álcool tornou-se função do Estado, por acreditar que destruíra as forças de trabalho, contrariando dessa forma os interesses capitalistas que objetivavam desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas. Dentro de tal raciocínio, era preciso evitar que o trabalhador se entregasse aos prazeres que interferiam na produção.

O uso do álcool entre os camponeses também era motivo de preocupação para os técnicos da Campanha, que procuravam combatê-lo através da recreação. O combate do álcool, através do lazer, visava a promover mudanças, para transformar o camponês em trabalhador mais produtivo. Em relação a essa questão, afirmava a Campanha Nacional (1954, p. 5): "Suavemente, através da recreação e dos desportos, vai-se atacando o grave problema do jogo e da bebedeira". Através da citação acima, podemos dizer que a preocupação por parte da Campanha em controlar o tempo do camponês para não deixar margem à ociosidade e ao vício, através do recreio dirigido, ao que tudo indica objetivava imprimir "uma nova qualificação do ócio e uma nova diferenciação entre tempo de trabalho e tempo de lazer" (Costa, 1979, p.183). Ambos (lazer e trabalho), não mais deveriam coexistir porque a educação rural veiculada pela Campanha Nacional considerava isso nocivo ao homem do campo. Era preciso que ele assimilasse uma concepção moderna, que priorizasse a produtividade. Ao se dicotomizar tempo de lazer e tempo de trabalho, o objetivo era o de imprimir um novo conceito entre os

camponeses, que é o de tempo linear. Esse mecanismo também foi usado em outros momentos históricos. Nicolau Sevcenko (1984), ao referir-se às mudanças estruturais ocorridas entre os séculos XI e XVI, no Ocidente europeu, que conduziriam à dissolução do sistema feudal predominante até então, afirma que esse quadro de mudanças determinou uma nova ordem social, influenciando diretamente na noção de tempo. "As pessoas não se movem mais pelo ritmo do sol, pelo canto do galo ou pelo repicar dos sinos, mas pelo tique-taque contínuo, regular e exato dos relógios" (p. 12).

O Teatro Rural: As luzes do palco e a expropriação da cultura

Através do que foi desenvolvido até o momento, é possível verificar que as várias estratégias utilizadas pela Campanha Nacional, em seu trabalho, caminhavam no sentido de formar um novo homem adequado aos pressupostos da modernização.

Outra estratégia usada pela Campanha Nacional de Educação Rural para introduzir a ideologia da modernização entre os camponeses, das diversas regiões brasileiras em que foram desenvolvidos os seus trabalhos de educação rural, foi a da encenação teatral, orientada pelo técnico em recreação. Na tentativa de levar o "elemento novo" aos camponeses, o Teatro Rural desenvolvido pela Campanha Nacional procurava explorar os valores e tradições da população rural, para que, através deles, pudesse haver mais introjeção e assimilação da ideologia veiculada por tal programa. Ody Braga (R.C.N.E.R., 1956, p. 118), em seu artigo "TEATRO RURAL", publicado na Revista da Campanha Nacional, afirma que a característica básica do Teatro Rural foi a de: "andar sempre na trilha do folclore, utilizando as tradições populares, transmitindo através dos temas conhecidos

e queridos do povo o fato novo, o elemento educativo, a informação, a novidade". Como exemplo de encenação teatral entre os camponeses, encontramos, no decorrer da documentação, fotografias que mostram cenas do drama "O Filho Pródigo" realizado pelo Clube das Moças de Cafundó, no Rio Grande do Sul, em 1956. Ao usar as representações culturais dos camponeses como veículo transmissor da cultura "avançada", a Campanha Nacional procurava apropriar-se de determinados aspectos da cultura invadida, para, num segundo momento, retraduzí-los no "fato novo", e no "elemento educativo", mas já na qualidade de conhecimento sistematizado e transformado pelos técnicos do programa. Essa foi uma forma sutil de apropriar-se de elementos da cultura invadida para serem adaptados e usados como instrumento de inculcação de novos valores e de nova cultura. Com isso, procurava-se evitar resistências por parte dos camponeses ao próprio programa, uma vez que o teatro rural era constituído de elementos da própria cultura camponesa.

O Teatro Rural, enquanto elemento usado para apropriar e expropriar culturalmente o camponês, cumpriu essa função desde sua preparação até a encenação e discussão dos papéis. O Teatro Rural

é um espetáculo preparado por uns e dramatizado por outros nos papéis de herói, de santo, de chefe de família, do vilão, da

megeira, do bandido, da mocinha, da criança, etc; depois, a fase dos comentários sobre o espetáculo realizado e vivido pela comunidade, que leva também, muito tempo às vezes, realizando-se, assim, lenta, mas segura a assimilação educativa do tema dramatizado (R.C.N.E.R., 1956, p. 130).

As considerações acima, escritas pela Educadora de Base Diamantina Costa Conceição, mostram que os papéis encenados no Teatro Rural, pelos

camponeses, revelavam que o conteúdo das peças carregava uma conotação valorativa, marcada por um certo maniqueísmo que contrapunha herói/vilão; santo/bandido; megeira/mocinha; destacava também a existência de temas ligados à família, certamente marcados pela dicotomia do bem e do mal. O envolvimento dos camponeses no processo teatral, com peças veiculando conteúdos maniqueístas, conduz ao desaparecimento do espaço da dúvida, quando se trabalha com dicotomia. Moacir Gadotti (1982, p.7), ao falar sobre o significado pedagógico da dúvida enquanto possibilidade de o homem tornar-se sujeito da sua própria ação, afirma que

na dúvida opera-se a passagem à consciência crítica ou simplesmente à consciência, o que significa que eu renuncio a me submeter ao julgamento de outrem, a toda a autoridade exterior, qualquer que seja o seu valor.

Porém, a forma como o Teatro Rural era executado pela Campanha Nacional objetivava anular as possibilidades de os camponeses posicionarem-se diante das situações concretas colocadas pelo teatro. O Teatro Rural, desenvolvido pela Campanha, procurava atender estritamente aos interesses educativos estabelecidos pelo seu programa. Portanto, tal concepção de teatro conduzia a um processo concreto de expropriação cultural, em que a partir da utilização dos costumes e das tradições da população rural a Campanha Nacional transmitia o "fato novo", o "elemento educativo", a "informação" e a "novidade", inspirado nas encenações dos diversos papéis, como vimos anteriormente. Em tese, à medida que o invasor cultural, aqui representado pela Campanha Nacional, utilizava-se da cultura camponesa para levar novos conhecimentos aos camponeses, estes passariam a produzir uma cultura "inautêntica", como denomina Brandão (1986, p.62).

As reflexões de Paulo Freire (1982, p.41) são bastantes significativas para iluminar nossa discussão em relação ao trabalho da Campanha Nacional desenvolvido com os camponeses brasileiros nos anos cinquenta. Esse educador popular, ao analisar, em 1968, o problema da comunicação entre o técnico extensionista e o camponês no decorrer do processo de desenvolvimento agrário no Chile, lembra que "o invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, (invididos) jamais com eles; estes são "pensados" por aqueles. O invasor prescreve; os invididos são pacientes da prescrição". Teoricamente, esses camponeses são expropriados de sua cultura e de seu saber, devido à imposição de novos hábitos e costumes pertencentes à classe dominante, passando enquanto classe dominada a produzir uma cultura inautêntica. Entretanto, a sua resposta não é tão linear. Acabam exteriorizando comportamentos no mínimo ambíguos, resultantes de uma mistura de seus próprios valores com os valores impostos e incorporados. O camponês manifesta-se, ainda, de forma ambígua diante de seus invasores, porque a realidade como lhe é apresentada também é tecida de ambiguidade. Nesse sentido, ora ele recusa, ora aceita as representações vindas de fora. Chauí (1986, p.124), ao discutir o tratamento dicotômico que recebe o popular devido à forma como ele se manifesta, critica as posições que o encaram ora como ignorante, ora como portador de um saber autêntico afirma:

Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar.

Talvez o camponês dos anos cinquenta, que é objeto de nossas preocupações neste trabalho, devesse ser pensado dentro dessa

perspectiva de ambiguidade, em que ora se manifesta como objeto, ora como sujeito da ação, resistindo às atitudes impostas.

A educação de classe e a reapropriação do moderno

Na documentação da Campanha Nacional de Educação Rural, encontramos indícios de resistência do camponês ao desenvolvimento do trabalho desse programa. No entanto, essa resistência, entendida por nós como luta da população rural para opor-se às intervenções realizadas na sua cultura, é entendida pelos organizadores e técnicos da Campanha como manifestação de atraso. A professora Helena Antipoff (R.C.N.E.R., 1954, p. 171), executora do programa da Campanha Nacional de Educação Rural, em Minas Gerais, faz a seguinte observação em relação a essa questão, na aula inaugural do VI Curso de Treinamento de Educadores de Base da Campanha:

os obstáculos, bem sabeis, podem provir da ignorância das próprias massas rurais e do apego irracional às formas tradicionais de vida, de trabalho, de maneiras de pensar impermeáveis à experiência, como em toda sociedade de civilização primitiva.

A resistência colocada pelo camponês, impedindo a efetivação de determinadas atividades da Campanha Nacional, é interpretada como "atraso", "ignorância" e "incapacidade" dessa população em usufruir do moderno. Porém, ocorreram situações em que o camponês usufruiu muito bem das inovações modernas, não na qualidade de consumidor do moderno, como pretendia a Campanha, mas através da recriação desse moderno para que o mesmo passasse a ter um significado de uso em suas vidas.

Brandão (1986, p.76), ao tratar das formas de trabalho desenvolvidas pelas elites entre as classes subalternas, refere-se

àquelas formas que têm como proposta a de atuar sobre, e não com a classe envolvida no processo de mudança. Diz, a respeito desse trabalho, que muitas vezes as classes subalternas deixam-se invadir por não terem formas de controle, mas depois de invadidas desenvolvem mil artimanhas, como instrumentos de resistência.

Artimanhas de resistência popular das quais a mais sábia é a de aproveitar seletivamente os serviços e novidades oferecidos (posto de saúde, curso de alfabetização, teatro na praça, campanha de vacinação, etc.) sem se envolver politicamente com o compromisso inaceitável de servir com a sua fidelidade coletiva e persistente a programas de mediação que se servem do povo com o seu poder de manipulação, aparentando fazer o oposto. (p. 76)

Em uma das passagens do trabalho da Campanha, encontramos uma situação idêntica à mencionada por Brandão. Nela, o camponês, depois de invadido, usa de sua capacidade e usufrui dos serviços modernos, imprimindo-lhes um novo sentido, sem, no entanto, envolver-se politicamente com o projeto modernizador. O fato aconteceu em Minas Gerais, onde o Centro de Treinamento para Professores Rurais sob o argumento de beneficiar a comunidade local, promoveu um abaixo-assinado, solicitando um gerador elétrico mais potente, o qual recebeu assinatura de todos os moradores. O pedido foi atendido, causando grande satisfação no povoado, por causa do novo conforto. Porém, a Campanha Nacional relata, com muito espanto, um novo fenômeno que surgiu no povoado, decorrente da nova medida introduzida. "Antes do evento da luz elétrica, entre as vinte e vinte e uma horas, o povoado mergulhava no silêncio da noite e seus habitantes tranquilamente restauravam as energias gastas durante o dia que começava cedo. Com a expansão da luz elétrica no povoado, a iluminação do mesmo

estendeu-se até às vinte e três horas, aumentando, em decorrência disso, as horas de vigília e de lazer entre duas a três horas por noite". Em decorrência dessa alteração, os habitantes criaram novos hábitos, incompatíveis com os objetivos da Campanha.

O número de botequins de 2 passou a 3 e talvez mais ainda, aumentando bastante a frequência neles da população masculina à qual tendem a se juntar elementos femininos mais levianos. Aumentou o consumo de bebidas alcoólicas, multiplicaram-se cenas de brigas e agressões. As irradiações das canções carnavalescas, histórias tolas e dramas cheios de histerismo difundidos pelas estações das metrópoles vieram interferir com as modinhas, cantigas populares, serenatas tradicionais ali. Como enxurrada bem fazeja de uma chuva de verão, aparecem destroços e sujeiras carregadas de lugares estranhos (R.C.N.E.R., 1954, p. 173).

O exemplo citado desmistifica a visão da Campanha de que o camponês recusa o "moderno" porque é atrasado e ignorante. Ao contrário, mostra que ele participou diretamente no processo de aquisição do gerador, através do abaixo-assinado. Porém, ao perceber que os objetivos do uso da energia elétrica concebido pelo programa contrariavam as suas expectativas, apropriou-se dos resultados daquele benefício de forma criativa e original, imprimindo-lhe um novo significado, de tal forma que o elemento moderno (o gerador mais potente) ganhou sentido de uso para eles. Assim, no caso desses camponeses, não houve uma recusa da energia elétrica, mas a forma como eles usaram esse benefício moderno é que contrariou os objetivos da Campanha Nacional. Os camponeses resistiram em usufruir do "moderno" na forma em que lhes foi imposto, recriando-o e imprimindo-lhe um

sentido inesperado de tal forma que ele ganhou um significado diferente do desejado pela Campanha Nacional. A luz elétrica não serviu só para iluminar o Centro de Treinamento de Professores Rurais e o lugarejo, proporcionando uma maior integração entre os habitantes locais e a Campanha Nacional, uma vez que esse programa usava o espaço da venda para passar seus ensinamentos. Ao contrário, atendeu a outras necessidades da população, a partir da redefinição de seu uso, decidido por ela própria. A população usufruiu dos benefícios da luz elétrica, sem no entanto comprometer-se politicamente com os pressupostos do programa.

O aumento das horas de lazer noturno, longe de ser o lazer formativo preconizado na época pela educação rural imposta pela Campanha Nacional, era muito mais uma forma de negar e ludibriar a ordem disciplinar por ela veiculada. Se no século XVIII, conforme Costa (1979, p.184), a "moral do lazer correspondeu ao enaltecimento do valor do trabalho", o mesmo sentido não tiveram estas horas de lazer recriadas pelos camponeses em referência. Ao contrário, o aumento do número de vendas e o novo caráter imprimido ao lazer representaram a negação do trabalho disciplinado. Se para disciplinar o homem do campo para o trabalho racional, fez-se necessário um certo rigor quanto à dicotomia do tempo, entre tempo de trabalho e tempo de lazer, essas novas formas de lazer, recriadas agora, interferiram exatamente nesse controle disciplinar, transformando o ócio em lazer. O aumento do consumo de bebidas alcoólicas e a diminuição das horas de descanso, interferindo no rendimento do trabalho no dia seguinte, expressam em si mesmas, uma resistência em relação às novas regras da temporalidade burguesa. Mais que isso, são formas de resistência aos mecanismos introduzidos pela Campanha em relação ao tempo linear, necessário às

novas formas de trabalho que se anunciavam, com a modernização dos anos cinquenta. Assim, a venda, como ponto de encontro e forma de resistência, tornou-se um local de domínio e controle dos camponeses daquela localidade. Eles criaram esse espaço, conferindo-lhes uma identidade. José Carlos Barreiro (1989), ao estudar como a classe dominante desenvolveu mecanismos de controle para disciplinar o trabalhador livre do século XIX, na tentativa de ajustá-los ao trabalho, ressalta também o uso da venda por esses trabalhadores enquanto forma de lazer para burlarem a ordem.

Enquanto espaço de domínio do camponês, a venda desarticulava o espaço de controle criado pela Campanha Nacional. A venda transformou-se em espaço de controle do camponês, à revelia da educação modernizadora que ali se desenvolvia. Perplexa diante dos rumos que tal fato tomou, a professora Helena Antipoff (R.C.N.E.R., 1954, p. 173), indagava-se:

Quem de nós seria bastante perspicaz em prever tais consequências de uma medida altamente civilizadora - luz elétrica - com seu cortejo inesperado de distúrbios e inconvenientes, tanto de ordem cultural quanto de higiene mental e de boa ordem social, no pacato rincão de Minas Gerais? Assim, lembremo-nos que toda medida nova é uma arma de dois gumes e toda técnica de progresso material nunca pode ser introduzida no ambiente social sem um esforço paralelo na elevação cultural da comunidade e da educação integral de seus membros.

A perplexidade da Professora Helena Antipoff prende-se ao fato de aqueles habitantes rurais não terem aproveitado a "medida altamente civilizadora", na forma como previa o programa educativo. Esta recusa é entendida pela Campanha como decorrente do atraso cultural e do baixo nível de cultura a que estava submetida a

população rural. Na realidade, aqueles camponeses não se recusaram em usufruir dos benefícios da luz elétrica, mas recusaram-se a usufruir apenas na qualidade de consumidores. Eles reinventaram o seu uso e a sua utilidade.

Conclusão

Na prática, esse elenco de preocupações traduziu-se, no cotidiano do camponês, nas mais diferentes formas de atuação e intervenção por parte dos técnicos da Campanha Nacional. Nesse processo educativo intervencionista, o camponês foi invadido culturalmente, para que pudesse absorver os padrões culturais "modernos" da Campanha Nacional de Educação Rural. Pudemos verificar que o seu enfrentamento com o que lhe era imposto como moderno foi tenso e contraditório. Debateu e lutou, às vezes, contra o que lhe era imposto, chegando mesmo a "ludibriar" seus "iluminadores" em algumas situações, na tentativa de preservar seus costumes. Outras vezes, sem armas para lutar, incorporava os novos ensinamentos, em detrimento de seus padrões tradicionais de cultura. Ainda, em outras situações, apropriou-se do "moderno", que lhe era transmitido, para recriá-lo e imprimir-lhe um sentido inesperado para os técnicos da Campanha Nacional, de tal forma que o "exterior" à sua cultura, era transformado, passando a ter um significado de uso para a sua vida. Enfim, ao consultarmos a documentação da Campanha Nacional de Educação Rural, observamos que o desenvolvimento desse programa ocorreu num clima de tensão e conflito entre o "novo" e o "velho", onde o camponês às vezes lutava contra a imposição do "novo", porque isto significava a expropriação de seu saber. Conflito, ainda, por parte dos diretores da Campanha Nacional, que temiam que seus

técnicos assimilassem e incorporassem hábitos e costumes do meio rural que queriam transformar, prejudicando o andamento de sua missão. A Campanha possuía "Técnicos Orientadores", que viajavam em rodízio, para todo o país, a fim de manter os "Técnicos em Trabalho" sempre atualizados e "evitar que os mesmos [fossem] absorvidos pela cultura [dos camponeses], o que lhes [prejudicaria] a visão geral do conjunto dos trabalhos" (R.C.N.E.R., 1956, p. 132). Tais preocupações mostram que nesse enfrentamento, que é enfrentamento de luta de classe, estava sempre colocada também a possibilidade das "representações" camponesas influírem na estrutura de pensamento burguês veiculada pela Campanha Nacional.

Referências Bibliográficas

- Barreiro, I. M. de F. (1989) Educação Rural Capitalista: A contradição entre a educação modernizadora e a educação de classe popular na Campanha Nacional de Educação Rural. Faculdade de Educação UNICAMP, (Dissertação de Mestrado).
- Barreiro, J. C. (1989) O cotidiano e o discurso dos viajantes: Criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX. São Paulo, Faculdade Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP. (Tese de Doutorado).
- Braga, O. (1956) "Teatro Rural". *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*. vol. 4.
- Brandão, C. R. (1986) *A Educação como cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Chauí, M. (1986) *Conformismo e Resistência da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Costa, J. (1979) *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1983) *Vigiar e Punir, nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

- Freire, P. (1982) *Extensão ou Comunicação?*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gramsci A. (1976) *Maquiavelo, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gadotti, M. (1980) *Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito*. São Paulo: Cortez: Autores Associados.
- Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*. Vol.1, 1954.
- Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*, Vol.3, 1956.
- Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*, Vol.4, 1956.
- Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*, Vol.10. 1961/62..
- Silva, J. G. da (1981) *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. São Paulo: HUCITEC.
- Sevcenko, N. (1984) *O Renascimento*. Campinas: Editora da UNICAMP.